

A Guerra Colonial (1961-1974) – Memória e História.

Um balanço.

Isilda Braga da Costa Monteiro

A temática da Guerra Colonial portuguesa travada entre 1961 e 1974 é ainda, mais de trinta anos volvidos sobre o seu *terminus*, incómoda e de difícil abordagem. Agitadora das memórias de todos aqueles que a viveram e, em especial, dos militares, a Guerra Colonial é assunto obrigatório nos muitos encontros organizados pelos antigos combatentes, mas só mais recentemente começou a merecer a atenção do meio académico. Fortemente politizado nas décadas de setenta e oitenta do século XX, o debate em torno desta temática pautou-se pela polémica. Uma polémica que começava na denominação considerada mais adequada – Guerra Colonial ou Guerra Ultramarina (o que leva alguns estudiosos do assunto a optar pela asséptica Guerra em África ou Guerra de África ou mais recentemente Guerras da Descolonização¹) – e que continuava em muitos outros aspectos. Nada de perturbador ou incompreensível. Se para as gerações que viveram directamente a guerra, hoje na faixa etária acima dos sessenta anos, as memórias da Guerra Colonial permanecem fortes, mesmo quando intencionalmente silenciadas, para as que nasceram após 1974, o conflito travado em África, nas décadas de sessenta e setenta de Novecentos, corresponde já a um passado distante, quiçá pouco interessante, a que só a História permite o acesso. Além disso, e como refere Renè Pelissier, um estudioso da questão colonial portuguesa, “*as guerras da descolonização deixam geralmente uma lembrança amarga no espírito dos europeus que as travam*” e os portugueses, obviamente, não são excepção. Uma lembrança amarga que fez adiar o estudo sobre a Guerra Colonial.

Razões suficientes para que a história da Guerra Colonial só no início do nosso século tenha surgido, no meio académico, como uma linha de investigação suficientemente atractiva, no âmbito da qual foram já elaboradas dissertações de mestrado e de doutoramento e promovidos encontros científicos e publicações de

¹ TEIXEIRA, 2003: vol. 4, 68.

inegável alcance científico em áreas que vão desde a História à Literatura, passando pela sociologia.

Cinquenta anos depois do início da guerra que marcou o país, os portugueses e o regime político de então, começa a esbater-se, nos antigos combatentes, a desconfiança face aos historiadores que pretendem estudar uma guerra que não viveram por dentro, cujas dificuldades de um quotidiano doloroso não sentiram na pele. Tal como a História não é um exclusivo dos historiadores com formação académica, saindo enriquecida da multiplicidade de perspectivas e contributos de estudiosos de diferentes proveniências e áreas do saber, também o estudo da Guerra Colonial não pode ser um exclusivo dos militares que a viveram. Convém não esquecer que a História é inevitavelmente ideológica e parcial, pelo facto do historiador ser marcado por um aqui e um agora que o condiciona, ou seja, de o historiador trazer consigo, a par da sua formação científica, uma história de vida, sentimentos e princípios que sempre se reflectem na sua análise. Existem, contudo, fronteiras que o historiador nunca poderá passar sob pena de estar a usar a História para outros fins que não os científicos. Sobretudo nos anos subsequentes ao 25 de Abril essas fronteiras foram claramente ultrapassadas dando origem a análises marcadamente ideológicas, a perspectivas que intencionalmente evidenciavam apenas aspectos mas consentâneos com a realidade política de então. Fruto de uma época politicamente efervescente, de um processo revolucionário em cursos, em que a História foi colocada ao serviço da revolução, publicaram-se logo em 1974 alguns livros relacionados com a Guerra Colonial. É o caso de *Terror em Tete - Relato documental das atrocidades portuguesas no distrito de Tete (1971-1972)*², *Wiryamu: My Lai in Mozambique*³, que consiste no relato de um sacerdote jesuíta sobre o massacre ocorrido nessa localidade em 1972, *Sobre o Ultramar - Fascismo e Guerra Colonial* de Aníbal Almeida⁴ ou *Angolanos no Tarrafal: alguns casos de Habeas Corpus*⁵, de Fernando Abranches Ferrão, Francisco Salgado Zenha, Levy Baptista e Manuel João Palma Carlos.

Nos anos seguintes, reflectindo as fortes clivagens políticas que dividiam os portugueses, surge a par dessa linha editorial uma outra, com características políticas opostas. Assim, se por exemplo, em 1977, sob o título *Tortura na Colónia de*

² Porto: Regra do Jogo.

³ Porto: Afrontamento.

⁴ Coimbra: Centelha.

⁵ Porto: Afrontamento.

*Moçambique – 1963-1974*⁶, são publicados os relatos de vários presos políticos do regime estadonovista, é dado ao prelo o livro de Alpoim Calvão, oficial de marinha com uma forte participação na guerra da Guiné e líder de um movimento contra o novo regime implantado em 25 de Abril, intitulado *De Conakry ao MDLP: Dossier Secreto*⁷, Trata-se de uma autobiografia em que o seu autor descreve com algum pormenor da operação militar Mar Verde. No ano seguinte, em 1977, publica-se *África A Vitória Traída. Quatro generais escrevem*⁸ de J. Luz Cunha, Kaúlza de Arriaga, B. Rodrigues e Silvino S. Marques, que permitem trazer a público opiniões sobre a Guerra Colonial e a descolonização, bem diferentes das que eram advogadas pelos principais políticos dessa época.

Longe dos radicalismos desse período revolucionário, hoje, a situação é outra. Passados mais de trinta anos sobre a implantação da democracia em Portugal, estão finalmente criadas as condições para que historiadores e antigos combatentes (alguns até tendo o duplo estatuto) possam congregar esforços que contribuam para trazer ao de cima novas abordagens da Guerra Colonial. É isso que começa a acontecer, ao nível de dissertações de mestrado e doutoramento, já publicadas, onde se equacionam problemáticas e perspectivas inovadoras de inquestionável importância. Entre elas, podemos destacar *A PIDE/DGS na Guerra Colonial, 1961-1974* de Dalila Mateus⁹, *Indústria militar portuguesa no tempo da guerra, 1961-1974* de João Moreira Tavares¹⁰, *Angola, os brancos e a independência* de Fernando Tavares Pimenta¹¹, *Memórias de uma Guerra Inacabada* de Francisco Manuel Gomes¹², *Salazar e de Gaulle – A França e a questão colonial portuguesa* de Daniel Silva Costa Marcos¹³, e *Estratégia de um conflito – Angola 1961-1974* de Henrique Gomes Bernardo¹⁴. Fora do meio académico, mas de inegável valor científico podemos referir também as obras de David Martelo, de Aniceto Afonso e de Matos Gomes, todos eles militares.

No balanço que nos propomos aqui fazer, procuraremos perceber o que é que se tem feito, em Portugal, sobre a Guerra Colonial (1961-1974), ao nível da preservação da

⁶ Porto: Afrontamento, 1977.

⁷ Intervenção, 1976.

⁸ Intervenção, 1977.

⁹ Lisboa: Terramar, 2004

¹⁰ Lisboa: Caleidoscópio, 2005.

¹¹ Porto: Afrontamento, 2006.

¹² Lisboa: Colibri, 2006

¹³ Lisboa: MNE/ Instituto diplomático, 2007.

¹⁴ Lisboa: Prefácio, 2008.

sua memória e da elaboração da sua história desde a implantação da democracia até hoje.

Embora uma coisa seja a memória e outra, bem distinta, seja a História entendida como ciência, é inegável que existe entre uma e outra uma relação que não pode ser esquecida. De uma forma linear podemos dizer que se a primeira, a memória colectiva constitui, nas palavras de Pierre Nora “ *o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado*”¹⁵ assumindo, por isso, uma aura naturalmente mítica, deformada e anacrónica¹⁶, a segunda, como ciência que é, deve partir dessa memória colectiva para a analisar e esclarecer. Todos sabemos que o que passou passou, e que nada fará recuperar de forma exacta o vivido, o acontecido. O acesso ao passado, às suas verdades (e não à Verdade como alguns pensam) faz-se através de documentos no sentido lato da palavra – tudo é documento. Um documento que serve de mediador – com tudo o que isso implica de intencionalidade, de escolha da imagem que se pretende deixar para o futuro –, entre o passado ao qual se reporta e o presente que é o do historiador.

Nessa perspectiva e porque sem documentos e sem memória não é possível fazer história (embora os silêncios e os hiatos documentais também sejam, hoje, um dado importante a partir dos quais se pode e se deve fazer História), assume especial relevância aquilo a que o mesmo Pierre Nora denominou de *Lugares da Memória* apresentando-os divididos em lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e museus, lugares monumentais como os cemitérios e arquitecturas, os lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários, os emblemas, e finalmente, os lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações. E se ao nível da memória da Guerra Colonial alguns destes lugares já começam a existir, outros há que continuam ainda por construir, ou estão apenas em fase de projecto.

Peguemos nos lugares topográficos que pela sua importância fazem parte do percurso obrigatório de qualquer historiador, hoje, graças às novas tecnologias, cada vez mais um percurso virtual – os museus, as bibliotecas e os arquivos. Apesar da Guerra Colonial ter terminado há mais de três décadas, só em 2009, foi inaugurado em Elvas sob tutela do Exército, um novo Museu Militar em que a vertente da Guerra Colonial merece um destaque especial e para o qual está projectado um Centro de Interpretação

¹⁵ NORA, 1986.

¹⁶ LE GOFF, 1984: vol. 1,166.

sobre a Guerra do Ultramar Português. Até então, sobre essa temática, apenas existia em todo o território nacional um pequeno espaço museológico em Famalicão¹⁷, uma pequena cidade nos arredores do Porto. Paulatinamente, muito paulatinamente, como podemos verificar, começam a surgir espaços em que se possibilita o encontro com a História de uma forma activa e interactiva e em que se possa promover de uma forma sistemática a recolha, catalogação e exposição de inúmeros objectos, muitos deles arrumados em depósitos e armazéns de algumas instituições – armamento e objectos variados – ou na posse de privados como fotografias, correspondência, ou uniformes. Como escreveu, em 2000, o General Martins Barrento, então Chefe de Estado Maior do Exército, no prefácio ao Catálogo da Exposição Testemunhos de Guerra, “*Quer nos orgulhemos ou não, gostemos ou não, queiramos ou não, estes documentos falam de nós. De uma geração para as novas gerações*”¹⁸. E como tal existe a obrigação moral de os colocar, pedagogicamente e com o devido enquadramento histórico, à disposição do conhecimento das novas gerações, aquelas para quem a Guerra Colonial é apenas uma data nos manuais escolares.

A inauguração do Museu de Elvas marca claramente um ponto de viragem na apatia que a instituição militar tem demonstrado perante a necessidade de promover o registo da memória da Guerra Colonial – da sua memória da Guerra Colonial. Fazendo parte do seu passado recente e da sua história como instituição, a Guerra Colonial não tem merecido a devida atenção por parte das Forças Armadas, embora tenha condicionado a sua evolução, a sua forma de estar e de ser vista pela sociedade portuguesa. É certo que a Guerra Colonial, sob o ponto de vista militar, se reveste de uma especificidade que a distingue de anteriores conflitos armados em que Portugal e o exército português esteve envolvido ao longo dos últimos séculos. Enquadrando-se politicamente num regime que terminou com a revolução de 25 de Abril de 1974, prolongando-se no tempo – treze anos, de 1961 a 1974 – em três teatros geograficamente distintos – Moçambique, Angola e Guiné – “sem batalhas decisivas, sem oficiais triunfantes”¹⁹, esta guerra não projectou para as luzes da ribalta os nomes e as vivências de grandes homens como aconteceu noutras guerras, independentemente do seu resultado vitorioso ou não. Se pensarmos nas invasões francesas que o Exército comemorou activa, e praticamente isoladamente, nos seus primeiro e segundo

¹⁷ Informação disponível em http://www.cm-vnfamalicao.pt/museu_da_guerra_colonial

¹⁸ *TESTEMUNHOS de Guerra*, 2000: 5.

¹⁹ PELISSIER – Militares, políticos.... p. 157.

centenários, e em que ressaltam as figuras de militares como os generais Silveira e Sepúlveda, entre muitos outros, se pensarmos nas campanhas africanas de final do século XIX que fazem ecoar os nomes de Mousinho de Albuquerque e Alves Roçadas, ou se pensarmos na 1ª Guerra Mundial em que o soldado Milhões se apresenta como um exemplo a não esquecer e a Batalha de La Lys um facto merecedor de uma evocação anual, verificamos que relativamente à Guerra Colonial não há nomes ou momentos a destacar, não há exemplos a lembrar.

Na realidade, o Exército, e é sobretudo de Exército que falamos quando falamos de Guerra Colonial, tem tradição relativamente à valorização da sua história, quer no tocante à instituição como um todo, quer às das unidades em que se divide, quer à dos seus grandes homens. Uma tradição da qual resultou uma profusão de monografias e de obras em que se publicam documentos relativos à sua história e que ainda hoje são fontes primordiais para os historiadores. Todas elas feitas por militares para militares. Consciente do papel que a memória deve desempenhar enquanto suporte essencial da identidade e, por essa via, do espírito de corpo que, mais do que em qualquer outra instituição, deve reforçar as solidariedades horizontais e, sobretudo, verticais, existentes entre os seus elementos, o Exército desenvolveu, no passado recente, um conjunto de acções com o objectivo claro do reavivar da sua memória colectiva. Tal acontecerá, sobretudo, na última década do século XIX, numa conjuntura política fortemente marcada pelo Ultimato inglês e o que ele significou como ameaça à integridade do território nacional, e pela instabilidade interna, vivenciada nas unidades militares e da qual virá a resultar a primeira tentativa de implantação da república em 31 de Janeiro de 1891. Uma conjuntura que obrigou a medidas urgentes que acalmassem os ímpetus revolucionários e contribuíssem para o reforço interno da instituição militar.

Numa busca de si próprio, das glórias que fizeram a sua história e a história nacional, da qual não se pode dissociar, o Exército procurou, por várias formas, colocar o passado ao serviço do presente, numa exortação, onde intencional e naturalmente se evidenciam as grandezas e se abafam as fraquezas. Desde a organização, mesmo que incipiente e com distintos objectivos, de arquivos, bibliotecas e museus até ao registo escrito da memória histórica, passando pela comemoração, dá-se espaço a todos os “lugares” da memória colectiva enunciados por Pierre Nora²⁰, numa evidente valorização do passado e da leitura pedagógica que ele possibilitava.

²⁰ NORA, 1986.

Ao nível da memória escrita o empenhamento da instituição militar e do Ministério que a tutelava foi notável e possibilitou um avanço considerável numa área em que o pouco que estava feito se devia ao acaso do interesse de um ou outro militar mais atento. A partir de 1860, com o patrocínio institucional do Ministério e do próprio Exército são publicadas várias monografias relativas à instituição militar quer numa perspectiva mais abrangente do Exército como um todo, quer da arma, quer, ainda, das unidades militares²¹.

No século XX, durante a vigência do Estado Novo e com intuítos compreensivelmente nacionalistas, foram publicados, sobretudo no âmbito das disciplinas de História Militar leccionadas nas Escolas Militares, algumas obras que efectivamente enfatizam a acção desenvolvida pelos militares em defesa do território nacional. As mais significativas são, sem dúvida, o *Portugal Militar* de Carlos Selvagem, pseudónimo do capitão Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos e a *História do Exército Português* publicada na década de quarenta por Ferreira Martins.

Após o 25 de Abril, esse esforço de registo da memória vai continuar, embora já não na linha da frente das preocupações das chefias militares. Na década de 80 são nomeadas duas comissões de estudo, uma para dar continuação à *História do Exército Português* de Ferreira Martins²², prolongando-a até ao final da segunda Guerra Mundial, e outra, denominada de Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), de cujo trabalho resultou a publicação, entre 1988 e 1998 da *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*²³. Ao longo de 6 volumes explanam-se informações essenciais relativamente aos recursos humanos e materiais envolvidos na guerra, numa profusão que, contudo, nem sempre facilita a leitura e a interpretação dos dados. Desta forma, o Exército passou a disponibilizar ao público em geral e em especial aos investigadores dados reservados à esfera estritamente militar e que até aí se encontravam dispersos por papéis e estatísticas elaborados no decorrer da guerra. Um contributo inestimável prestado pela instituição militar em prol da sua memória e da História da Guerra Colonial mas que deveria ir mais além utilizando novos conceitos, novas metodologias e as potencialidades que as novas tecnologias hoje permitem.

Ao nível dos lugares monumentais, dos lugares simbólicos e dos lugares funcionais, para retomar a teoria de Nora têm sido dados, nos últimos anos, passos

²¹ MONTEIRO, 1999: 899-938; MONTEIRO, 1995: 69-83.

²² OLIVEIRA, 1993-1995.

²³ COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974), 1988-1998.

importantes no sentido da construção da memória do conflito travado entre 1961 e 1974 em África. Por entre polémicas mais ou menos mediáticas, têm sido erguidos monumentos evocativos um pouco por todo o território nacional, graças ao empenhamento das muitas associações de antigos combatentes. O mais emblemático, inaugurado em 2000, localiza-se em Lisboa e nele se inscrevem os nomes dos cerca de 9 mil militares que morreram durante a Guerra.

Perante a apatia do Estado e da própria instituição militar, têm sido os antigos combatentes, que mais têm contribuído para o registo da memória sobre a Guerra Colonial. Individualmente ou associativamente promovem encontros reavivando os laços de camaradagem, as solidariedades geradas na cumplicidade de uma vivência comum, promovem a construção de monumentos evocativos, subscrevem sítios na internet, publicam, frequentemente em edições de autor, ou seja, suportadas financeiramente por si próprios, as suas memórias da guerra ou romances e contos em que de forma menos exposta vêm reflectidas as suas experiências de guerra.

Na realidade, embora se considere que o memorialismo não é um género muito cultivado pelos portugueses – opinião que não subscrevemos inteiramente, sobretudo para o século XX quando verificámos os muitos títulos publicados por figuras de maior ou menor reconhecimento público, entre as quais sobressaem os militares – , é um facto que desde os finais da década de noventa do século passado, muitas têm sido as memórias publicadas por antigos combatentes da Guerra Colonial. Atendendo ao nível de formação dos homens mobilizados para a guerra entre 1961 e 1974 como oficiais milicianos, à idade que hoje têm, ao distanciamento que o passar do tempo lhes possibilitou face à dura realidade que viveram, e, ainda, ao efeito motivador que a publicação de memórias, romances ou diários de antigos combatentes tem e pode produzir, é de esperar que muitos mais serão publicados num tempo mais ou menos próximo. Como já tem sido amplamente constatado, estas memórias são sobretudo publicadas por antigos oficiais milicianos ou sargentos, das forças especiais ou da tropa regular. A lista deste tipo de narrativa, já por si muito extensa, alonga-se ainda mais se lhe juntarmos os romances e os contos em que a Guerra Colonial aparece como elemento primordial, maioritariamente escritos por antigos combatentes e que baseando-se na experiência de guerra dos seus autores, não deixam de ser também elas, de qualquer forma, narrativas autobiográficas. A utilização de uma narrativa supostamente ficcional permite não só uma melhor identificação do leitor com o assunto da guerra colonial que a justifica, como permite “o afloramento de problemas demasiado

perturbadores para que fossem assumidos directamente como pessoais²⁴. Através destas narrativas, muitos antigos combatentes, com diferentes visões da Guerra Colonial, procuram dar a conhecer as suas experiências de guerra e justificar atitudes e opiniões, de acordo com a sua perspectiva. Muito diferentes quanto à qualidade da escrita, estes registos, já amplamente analisados ao nível da literatura, são fontes primordiais para quem se procura fazer a história da Guerra Colonial, desde que devidamente submetidas ao método crítico e complementadas por outro tipo de documentação.

Menos frequente é a publicação de diários escritos durante a guerra ou correspondência enviada a familiares e amigos que, pelas suas características mais intimistas, se preservam dos olhares dos outros. Ressaltamos aqui *A Relação de Bordo (1964-1988)* de Cristovão de Aguiar²⁵, *SairómeM. Guerra Colonial* de Gustavo Pimenta²⁶, *Diário Pueril de Guerra. De 20 de Maio de 1910 a 3 de Maio de 1971* de Sérgio de Sousa²⁷, *O Diário do Tempo de Guerra (1966-1970)*, de Carmo Reis²⁸, o caso de *Diário da Guiné 1968-1969 - Na terra dos Soncó* de Beja Santos²⁹, do *Diário da Guerra Colonial – Guiné*, em dois volumes, de Luís Matos³⁰ ou as mais mediáticas *Cartas da Guerra* de António Lobo Antunes³¹ publicadas em 2005, que para além do inequívoco valor literário constituem, também, um interessante documento a ser utilizado pela História.

Sinal dos novos tempos, o registo da memória da Guerra Colonial faz-se cada vez com recurso àquela que é, sem dúvida, a grande inovação tecnológica de hoje – a internet –, alterando completamente os parâmetros da difusão da informação. Recorrendo às ferramentas disponibilizadas, nos últimos anos, vimos surgir um novo tipo de experiência de divulgação, dinâmica, actualizada, interactiva e, por vezes, eminentemente pessoal – o *website* e o *weblog*, mais conhecidos por *blogs*. Instrumentos que, individualmente ou através de activas associações, os antigos combatentes utilizam para se encontrar e partilhar recordações. Estes últimos, enquanto experiências mais pessoais e amadoras de publicação, resultam num produto de qualidade heterogénea, dependendo de quem o alimenta e com que intuito o faz.

²⁴ MEDEIROS, 2002: 98.

²⁵ Porto, Campo das Letras, 1999.

²⁶ Viseu: Palimage Editora, 1999.

²⁷ Lisboa: Escritor, 2000.

²⁸ Vila Nova de Famalicão: Museu da Guerra Colonial, 2001

²⁹ Círculo de Leitores, 2008.

³⁰ Ed. de Autor, 2009.

³¹ Lisboa: D. Quixote.

Assumindo formatos bastante diferentes, desde os mais simples até aos mais elaborados, podendo incluir mesmo publicações electrónicas de distinta dimensão e tipologia, são inúmeros os exemplos disponíveis, multiplicando a informação ao alcance de todos mas de forma muito especial, dos antigos combatentes, desde o soldado até ao oficial.

O reconhecimento de que têm sido dados, nos últimos anos, passos decisivos para se fazer a história da Guerra Colonial, implica também que se saliente o que ainda falta fazer. Falta constituir um Centro de Documentação idêntico àquele que já existe para o 25 Abril, num projecto ligado à Universidade de Coimbra e que é considerado um dos maiores arquivos públicos sobre a história recente de Portugal. Um Centro de Documentação que para além do arquivo da documentação escrita inclua um arquivo de história oral que promova a realização de um conjunto planificado de entrevistas ou de depoimentos orais recolhidos com vista a complementar os arquivos existentes, a suprir eventuais lacunas, ou mesmo a produzir informação inédita, de acordo com os objectivos de recolha, preservação e divulgação de um património documental único. Um projecto que deveria congrega o esforço de várias entidades, incluindo a Instituição Militar. Na realidade, embora exista alguma abertura e disponibilidade por parte dos antigos combatentes da Guerra Colonial com quem temos falado – militares no activo, reformados ou que passaram à disponibilidade no final do seu serviço militar –, para serem entrevistados, pensamos que isso seria mais fácil se promovido pela instituição militar, embora enquadrado cientificamente por investigadores.

Na realidade, a História Oral surge como uma importante metodologia de investigação que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registo de narrativas da experiência humana para utilizar a definição da brasileira Sónia Maria de Freitas³² que, no Museu da Emigração, em S. Paulo, aplica essa metodologia relativamente aos emigrantes. A História Oral de abrangência multidisciplinar é *“uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia do jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta”*³³. No caso da Guerra Colonial, a História Oral permitiria criar fontes históricas o que implica que deva ser armazenada, conservada e a sua abordagem inicial partir do estabelecimento preciso dos objectivos de pesquisa. Aliás foi essa a metodologia já utilizada por Freire Antunes relativamente a um conjunto muito vasto de personalidades, civis e militares portugueses ou africanos, e cujos depoimentos publicou

³² FREITAS, 2002: 18.

³³ CAMARGO, 1994: 78.

em 1995³⁴, e que permitiu tornar públicas as perspectivas da Guerra por parte de quem de uma forma ou outra teve grandes responsabilidades nela.

No âmbito do Arquivo de História Oral o universo dos entrevistados deverá ser alargado a todos os combatentes da Guerra Colonial, independentemente do posto e da função desempenhada no palco de guerra, dando-lhes uma voz e um registo, não se restringindo apenas aos que ocuparam funções de comando. Mais ainda. A recolha de testemunhos deverá ser alargada aos homens e mulheres que embora não tendo estado presencialmente em nenhum dos palcos de guerra, tiveram algum tipo de relacionamento com ela e que no âmbito de projectos académicos já tem vindo a ser feito. É o caso das Madrinhas de Guerra que à distância acompanhavam através da correspondência o percurso dos militares que apadrinhavam, das mulheres que acompanhavam os maridos mobilizados para a guerra. Embora de um outro nível estes testemunhos constituem também um elemento importante para fazer a história da Guerra Colonial.

Feitas as contas, vencendo resistências e preconceitos da historiografia tradicional, a História Oral é uma forma de fazer História através de documentação específica: tradição oral, histórias de vida e histórias temáticas. Girando em torno da experiência de guerra, seria esta última a que mais interessaria recolher. Longe de ser fácil, ao nível dos procedimentos metodológicos, a História Oral situa-se entre a autobiografia e a entrevista jornalística e sociológica. Exige um trabalho prévio por parte do historiador, tanto em relação ao conhecimento dos temas tratados, através de todas as fontes disponíveis, como em relação aos aspectos que importa abordar na entrevista, com vista à produção de documentos que se completem entre si, em função de vivências diferentes e pontos de vista também diferentes.

Dentro da maior liberdade o historiador desempenha, pois, um papel activo, não porque condicione as respostas, intervenha com as suas opiniões pessoais, ou limite o fluxo das recordações do entrevistado, o que nunca deverá fazer, mas sim porque o ouve de uma forma crítica, atenta ao dito e ao não dito, às lacunas e às contradições do relato. Dá tempo e espaço para que o entrevistado estruture o seu discurso, mas também pergunta, pede esclarecimentos, conduz a conversa sem dirigismo mas com segurança, num estímulo constante para que a memória progrida, em paralelo com a reflexão sobre o seu conteúdo. Ao entrevistado pedir-se-á a sua disponibilidade para responder, para

³⁴ ANTUNES, 1995.

lembrar o seu passado, para permitir o registo das suas memórias, na certeza que de acordo com o enquadramento ético da história oral determina seja sempre condicionada à vontade dos entrevistados, quer a visualização pública da entrevista, quer a sua publicação em livro.

Indiscutivelmente, a constituição de um Arquivo de História Oral da Guerra Colonial permitiria o registo das memórias de muitos dos que, em diferentes circunstâncias, fizeram dela, concordassem ou não, a “sua” guerra – dos soldados aos oficiais – não ficando apenas reservada àqueles, geralmente os oficiais, que conscientes dessa mesma memória e da sua importância a tem dado a conhecer publicamente, como verificámos atrás. Só dessa forma a Guerra Colonial que entre 1961 e 1974 mobilizou milhares de homens, poderia ser analisada por mais do que uma perspectiva, por mais do que uma verdade. Passados cinquenta anos sobre o início da Guerra Colonial é definitivamente tempo de se construir a memória para que se possa fazer a História.

Bibliografia

- ANTUNES, José Freire – *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. 2 vols.
- CAMARGO, Aspásia – História oral e política, in FERREIRA, M. de M., org. de – *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro : CPDOC/Diadorim/FINEP, 1994.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974) – *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado Maior do Exército, 1988-1998. 6 vols.
- FREITAS, Sónia Maria de – *História Oral: possibilidades e procedimentos*. S. Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- LE GOFF, Jacques – História, in *Enciclopédia Einaudi*. [S.l]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. vol. 1.
- MEDEIROS, Paulo de, 2002 – Diários de Guerra, in BRAUER-FIGUEIREDO, M. de Fátima; HOPFE, Karin (org.) – *Metamorfoses do Eu. O Diário e outros Géneros Autobiográficos na Literatura Portuguesa do Século XX*. Frankfurt: Verlag Teo Ferrer de Mesquita, p. 95-118.

- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – Estratégias oficiais para a construção de uma imagem de Portugal e do exército na segunda metade do século XIX, in *ESTUDOS em Homenagem a Joaquim M. da Silva Cunha*. Porto: Fundação Portucalense Infante D. Henrique, 1999. p. 899-938;
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – O Exército e o Registo da Memória – as Monografias das Unidades, in COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR – *Portugal na História Militar. Actas do VI Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1995. p. 69-83.
- NORA, Pierre, dir. de – *Les lieux de mémoire*. Paris : Gallimard, 1986.
- OLIVEIRA, A. N. Ramires, coord. de – *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa : Estado Maior do Exército, 1993-1995. 4 vols.
- PELISSIER, René – Militares, políticos e outros mágicos. *Análise Social*. Lisboa.vol. XXXVIII (166), p. 157-173
- TEIXEIRA, Nuno Severiano Teixeira – Portugal e as Guerras da Descolonização. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. de – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. vol. 4
- TESTEMUNHOS de Guerra. Angola, Guiné, Moçambique : 1961-1974*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar, 2000.